

**ATA N.º 13/2014****Data da reunião ordinária: 17-06-2014****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 17:15 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim  
Rui Pedro Dias Gonçalves (em substituição de Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha)  
Carlos Manuel Pires Rei Amaro  
José David da Silva Ribeiro  
Carlos Manuel Godinho Matias  
Tília dos Santos Nunes

**Outras Pessoas:****Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 16-06-2014****Operações Orçamentais: 655.408,82****Operações não Orçamentais: 252.937,70**

### ELEITOS LOCAIS

#### **8259/14 – SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA SRA. MARIA ISILDA VIDEIRA NOGUEIRA DA SILVA AGUINCHA**

O Exmo Presidente, declarou aberta a reunião, tendo dado posse ao elemento convocado para substituir a Vereadora que solicitou ausência por período inferior a trinta dias, ao abrigo do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deu posse ao candidato Rui Pedro Dias Gonçalves, que substitui a Vereadora Sr.ª Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha.

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- Não houve intervenção do público.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### **ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO**

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo proposto a análise do seguinte assunto, o qual foi aceite por unanimidade:

### PESSOAL

#### **6613/14 – RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE UM TRABALHADOR PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO PREVISTO E NÃO OCUPADO NO MAPA DE PESSOAL – TÉCNICO SUPERIOR DE ENGENHARIA CIVIL**

- Ofício n.º 79/14, de 16 de junho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a informar que, na sua sessão ordinária realizada em 13 de junho corrente, aprovou por maioria, a “Autorização para recrutamento excecional de um trabalhador para ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal – técnico superior de engenharia civil”.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

## **1 - INFORMAÇÕES DO EXMO. PRESIDENTE**

a) Leu a seguinte informação das Atividades desenvolvidas pelo Executivo, no período de 04 de junho a 17 de junho de 2014:

«*Estive presente* no dia **04 de junho de 2014**, pelas 10.30 h, na Reunião do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

Realizou-se no dia **05 de junho de 2014**, com início às 09.30 h, o Seminário “A Gestão de Energia no Setor Público” como instrumento de redução de custos promovido pela EDP, S.A., no Centro Cultural de Belém – Lisboa, apresentando medidas do plano de promoção de eficiência no consumo de energia elétrica, no qual *estive presente*.

No dia **05 de junho de 2014**, pelas 10.00, esteve presente a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** acompanhada da técnica Dr.ª Sandra Pascoal, na reunião da Plataforma Supra-concelhia do Médio Tejo realizada no Auditório do Serviço Informativo do Centro Distrital de Santarém.

Foi inaugurada no dia **5 de junho de 2014** na presença de todo o executivo a tempo inteiro e patente até dia 18 de junho, no átrio do Edifício dos Paços do Concelho, a exposição coletiva de jovens artistas da Cidade do Entroncamento, apelidada de “*EntroncaTalent*” tendo por objetivo, dar a conhecer o talento artístico de cinco jovens, que ainda não tiveram a oportunidade de expor ao público os seus trabalhos.

Os trabalhos expostos são de desenho e pintura e as artistas são: Soraia Ferreira, Rita Lopes, Joana Frutuoso, Cristiana Santana e Cláudia Costa, todas residentes no concelho do Entroncamento. Esta iniciativa surge de um projeto desenvolvido pela aluna Tânia Pereira, da Escola Profissional Gustave Eiffel do Entroncamento, finalista do Curso Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, que está a realizar um estágio na Câmara Municipal do Entroncamento, no Setor de Comunicação, Imagem e Protocolo.

Nas datas de **06 a 09 de junho de 2014**, e no âmbito da Cimeira/Encontro de Geminação realizada em Friedberg (Alemanha), **estive presente** conjuntamente com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, com vista ao reforço de laços estratégicos e desenvolvimento de parcerias para recurso a possíveis fundos comunitários Entroncamento – Friedberg – Villiers sur Marne.

No dia **06 de junho de 2014**, ocorreu uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde – Dr. Manuel Ferreira Teixeira, na Secretaria de Estado, com início às 10.00h, contando com a presença da **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, onde foi debatida a Portaria n.º 82/2014 de 10 de abril.

Face ao convite formulado pela APESE – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária do Entroncamento, esteve presente a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** na Comemoração realizada no dia **06 de junho de 2014**, pelas 17.00 h, cujo Programa contava com Workshop de Graffiti's; Escola de Dança; Banda Júnior Filarmónica e Hip-Hop.

Decorreram na manhã do dia **07 de junho de 2014**, as atividades do projeto “*Viver o Comércio*” na Praça Salgueiro Maia. Dinamizadas por técnicos da autarquia realizaram-se dois workshops, um de leitura intitulado “*O Livro e a Leitura*” e outro de criação de “*Marcadores de Livros*”.

A Escola Profissional Gustave Eiffel colaborou mais uma vez com este projeto e participou na dinamização com uma atividade sob o tema “*Mostra Eiffel*”, onde os munícipes tiveram oportunidade de participar de modo interativo e sequencial ao longo de várias “*secretárias*” de cores diferentes, associando a ideia do Posto de Trabalho Eiffel, nomeadamente: Mostra de restauração; Mostra de design de moda; Mostra de energias renováveis; Mostra de mecatrónica; Mostra de turismo e Mostra de serralharia mecânica.

No dia **07 de junho de 2014**, o concelho do Entroncamento recebeu as **Comemorações do Dia Distrital do Bombeiro**, na presença do Secretário de Estado da Administração Interna Dr. João Pinho de Almeida e dos Deputados da

Assembleia da República eleitos pelo distrito e mais de 150 Bombeiros de várias corporações do distrito de Santarém.

Para além dos elementos que compõem os corpos de Bombeiros voluntários e municipais do distrito de Santarém estiveram presentes no evento o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Diretor Nacional de Bombeiros, Presidente da Liga de Bombeiros, Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Santarém, Comandante Nacional de Operações de Socorro, Comandante Distrital do Agrupamento Centro Sul, Comandantes Distritais de Operações de Socorro de Santarém, Castelo Branco, Leiria e Portalegre, Comandantes dos Corpos de Bombeiros Santarém, Castelo Branco, Leiria e Portalegre, Dirigentes das Associações de Bombeiros, entre outros convidados.

O evento foi uma organização da Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém e contou com o apoio da Câmara Municipal do Entroncamento e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento / Corpo de Bombeiros.

A tarde iniciou com o desfile apeado pelas Ruas António Lucas, Luís Falcão de Sommer e Largo José Duarte Coelho onde se realizou a Sessão Solene, tendo sido condecorados alguns bombeiros com o crachá de ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses, sendo entregues pela Autoridade Nacional de Proteção Civil rádios SIRESPE às corporações que compõem o agrupamento Centro Sul (Santarém, Leiria, Castelo Branco e Portalegre).

Em representação do Município do Entroncamento esteve o **Vereador Dr. Carlos Amaro** e a **Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Ilda Joaquim**, tendo no seu discurso manifestada a satisfação com que a Câmara Municipal acolheu este evento distrital, dando nota do firme propósito do município na celebração parcerias que visem o desenvolvimento das competências dos Bombeiros Portugueses, nomeadamente a especialização em socorro ferroviário. Simultaneamente, lembrou a localização e os recursos existentes na cidade, que lhe conferem uma posição excecional para a localização dos meios de socorro ferroviário. *“Garantir os meios de formação, os equipamentos e os outros recursos necessários ao trabalho desinteressado dos bombeiros, é a maneira adequada de reconhecer e agradecer o seu trabalho voluntário em prol dos outros”*.

No dia **08 de junho de 2014**, pelas 18.00 h, realizou-se mais uma iniciativa do Entro.culturas, no Centro Cultural, dedicada à atuação do Coro Infantil da Escola S. João de Deus, estando presente a **Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Ilda Joaquim**.

O Centro de Convívio da Terceira Idade comemorou no passado **dia 10 de junho de 2014**, o seu **24.<sup>o</sup> Aniversário**. Para assinalar a data, a Câmara Municipal do Entroncamento promoveu um programa comemorativo dirigido aos idosos do Centro de Convívio, que atualmente conta com oitenta utentes.

**Estive presente** nesse evento conjuntamente com a **Vereadora Dr.<sup>a</sup> Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**. Também estiveram presentes a Vereadora Dr.<sup>a</sup> Isilda Aguincha, o Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e o Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

As comemorações decorreram nas instalações do Centro de Convívio, e tiveram início com a Celebração da Palavra, proferida pelo Reverendo Padre Ricardo Madeira. De seguida, os foram apresentadas algumas das atividades desenvolvidas pelos utentes do Centro de Convívio. A encerrar as comemorações realizou-se um

animado convívio, cantando-se os parabéns, e a utente mais idosa do Centro de Convívio foi convidada a apagar as velas do bolo de aniversário.

A Cidade do Entroncamento recebeu no dia **11 de junho de 2014**, a **6.ª Feira Anual EMPRE - Empresários na Escola**.

A Feira decorreu no Largo José Duarte Coelho, onde cerca de 350 alunos do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico do Médio Tejo em representação de 13 escolas, promoveram e comercializaram os seus produtos. Do Concelho do Entroncamento participaram três “empresas” da Escola E.B. 2,3 Dr. Ruy D’Andrade e duas “empresas” da Escola Secundária do Entroncamento.

A **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, responsável pelo Pelouro da Educação, deu as boas-vindas a todos os participantes. Ao longo da manhã, os jovens empresários apresentaram aos visitantes os produtos desenvolvidos da aplicação da metodologia EMPRE, que desafia os alunos a desenvolverem vários processos de criação e organização de uma empresa, desde a com conceção da identidade corporativa, estudo de mercado, definição de gamas de produtos e gestão de fornecedores e clientes.

Esta Feira foi o culminar do projeto pedagógico, EMPRE – Empresários na Escola. Das receitas obtidas por estes estudantes de escolas de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Tomar e Vila de Rei, 23 por cento será doado para causas sociais.

O evento foi organizado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e pelo TAGUSVALLEY – Tecnopolo do Vale do Tejo, com o apoio da Câmara Municipal do Entroncamento.

No dia **11 de junho de 2014**, **estive presente** no Debate promovido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, subordinado ao tema “*Mobilidade em Territórios de Baixa Densidade*” realizado no Centro Cultural Gil Vicente no Sardoal, tendo sido substituído pela **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** que acompanhou os trabalhos: apresentação do projeto transporte a pedido no Médio Tejo e a Estratégia 2020 – Mobilidade, contando com a intervenção do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações – Dr. Sérgio Silva Monteiro.

Igualmente nesse mesmo dia, **estive presente** na Reunião do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário realizada no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

No dia **12 de junho de 2014**, pelas 10.30h, esteve presente o **Vereador Dr. Carlos Amaro** na reunião da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos em Abrantes.

Nesse mesmo dia, por volta das 14.30 h, decorreu uma reunião, onde **estive presente** conjuntamente com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o Vereador David Ribeiro, com representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais ao Sul e Regiões Autónomas acerca do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública.

Igualmente nesse dia, pelas 18.00h, e a convite do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento **estive presente** na Cerimónia de apresentação do livro “*Contos de Autor*” na Sala Polivalente da Escola Dr. Ruy d’Andrade.

No dia **13 de junho de 2014**, pelas 10.00 h, **estive presente** conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, na inauguração da *monumental exposição*

*internacional de pintura sobre porcelana* do artista Manoel Filipe Pereira (com atelier no Entroncamento) no SANA Lisboa Hotel.

A Universidade Sénior do Entroncamento encerrou o ano letivo no dia **13 de junho de 2014** com uma Festa de agradecimento dos alunos aos professores que constou de um almoço convívio na sede da USE seguido de animação com a atuação do Grupo de cavaquinhos. **Estive presente** neste evento acompanhado pela **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**.

Nesse dia, por volta das 19.00h, e a convite das turmas n.ºs 2101 e 2302 da Escola Básica n.º 2, **fui padrinho** das marchas, tendo como **madrinhas a Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim e Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, que contaram com animação proporcionada pela atuação dos cavaquinhos.

A convite da Prof.ª Alzira e 4 alunos da Escola Básica das Tílias, o **Vereador Dr. Carlos Amaro foi padrinho** das Marchas que se realizaram no dia 13 de junho de 2014, por volta das 18.30h.

Decorreu nos dias **14 e 15 de junho de 2014**, o **VI Torneio Nacional de Veteranos: Festa da Cidade Ferroviária em Ténis**, promovida pelo CLAC nos Courts Municipais no Parque Desportivo do Bonito. O evento foi constituído por atletas veteranos federados, de ambos os sexos e vindos de muitos pontos do país, reconhecido a nível nacional e que contou com a participação do Presidente da Federação Portuguesa de Ténis. **Estive presente** na entrega dos troféus aos vencedores do Torneio.

Face ao convite formulado pela Direção do Clube Amador de Desportos do Entroncamento, no dia **14 de junho de 2014**, pelas 17.30 h, **assisti** ao jogo de futebol CADE – Sporting da Horta no Campo de Jogos no Bonito, seguido de jantar de confraternização onde foi distribuída uma pequena lembrança do Município aos elementos da comitiva do Sporting da Horta.»

## **INFORMAÇÕES DOS SRS. VEREADORES**

### **2 – VEREADOR SR. RUI GONÇALVES**

a) Sugeriu que a informação sobre as atividades do Executivo fosse remetida antecipadamente, a todos os membros da Câmara e inclusivamente à comunicação social, para consultar, que evitava o trabalho do Sr. Presidente estar a lê-la durante a reunião.

b) Questionou em que ponto, se encontram as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho.

c) Também, questionou sobre o requerimento que apresentou na última reunião, relativa ao processo n.º 2013/180/A3/140, realizado pela Inspeção-Geral de Finanças, dado que ainda não teve qualquer resposta.

O Exmo. Presidente, esclareceu o seguinte:

Acerca do pedido que efetuou na última reunião, poderá ainda durante esta reunião receber essa resposta, visto que já deu essas instruções aos Serviços.

Relativamente, à informação das atividades do Executivo, não é uma informação para tomada de posição, mas entende deixar uma nota das atividades que desenvolvem.

Sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, estamos em diálogo com os dois sindicatos para chegar a acordo, está prevista uma reunião com o STAL, a 26 ou a 30 de junho. O que está em causa é a redução na jornada contínua.

### 3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Apresentou as seguintes questões, acerca da atividade municipal.

«a) Gostaria, em primeiro lugar, de saber qual o resultado das diligências junto dos proprietários de terrenos que estão a ser contactados para que, quando necessária, façam a respetiva desmatção.

Chegou-me mais uma ou outra queixa sobre terrenos com ervas altíssimas, dentro do espaço urbano. Naturalmente isso preocupa as pessoas, mais a mais agora que com as temperaturas elevadas, voltaram os incêndios.

Já agora, gostaria de saber --- se alguém aqui tiver essa informação --- que instrumentos legais dispõe o município para obrigar os proprietários a limpar os seus terrenos de materiais lenhosos potencialmente inflamáveis.

b) Em segundo lugar, gostaria de saber se já há data para a inauguração do Museu Nacional Ferroviário, inicialmente apontada para o final deste 1.º semestre.

Certamente, este aspeto terá sido abordado durante as duas reuniões da Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, ocorridas desde a última reunião do executivo.»

O Exmo. Presidente, acerca destas questões referiu:

Sobre a desmatção dos terrenos no espaço urbano, já foram publicados editais.

Também foram enviadas cartas, aos proprietários no sentido de procederem à limpeza dos terrenos, dando orientações do local onde deverão ser colocados esses resíduos a dar conhecimento da proibição de fazer queimadas.

Inauguração do Museu Nacional Ferroviário, não será na data que inicialmente estava perspctivada, devido a um problema, está-se a pensar em setembro ou no início de outubro.

Também a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente, acerca da limpeza dos terrenos, referiu que anteriormente a Câmara pedia a colaboração da GNR, para identificar os proprietários, mas agora a GNR não intervém em terrenos da malha urbana, apenas em terrenos arbóreos. O regulamento municipal tem a indicação do período, em que deve ser feita a limpeza dos terrenos. Está-se a fazer uma base de dados.

### 4 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

Acerca da questão que foi levantada relativa à limpeza dos terrenos, que já não é nova, compreende que seja difícil identificar os proprietários dos terrenos, mas os munícipes não querem que lhes sejam vedados os acessos, nomeadamente, a rotunda de acesso à Cidade Nova, que não tem visibilidade. A Câmara tem que encontrar uma solução para este problema.

Seguidamente, o Exmo. Presidente, informou que os funcionários da Câmara e os bombeiros andaram a limpar o terreno junto ao Centro de Saúde, para apoio ao estacionamento das Festas da Cidade.

#### 5 – VEREADOR SR. CARLOS AMARO

Convidou os Srs. Vereadores a estarem presentes, no dia 18 de junho corrente, no Centro Cultural, numa conferência com a Sociedade Ponto Verde, cujo tema é “Missão Reciclar”, que demonstra os benefícios da reciclagem, em que vão ser distribuídos cerca de 5.000 eco bags porta a porta.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA**

- Foi presente a ata da reunião de 03 de junho de 2014, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

### **EXPEDIENTE DIVERSO**

#### **6804/14 – AUDITORIA AO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO – TRIBUNAL DE CONTAS**

- Ofício n.º 6994, de 14 de maio de 2014, do Tribunal de Contas (Núcleo de Apoio ao Ministério Público), a enviar o despacho do Procurador-Geral Adjunto deste Tribunal, referente à Auditoria ao Município do Entroncamento – Processo n.º IGF-2013/180/A3/140, informação 2269/2013/2012.

- A Câmara tomou conhecimento.

O Exmo. Presidente, referiu que não é Presidente de Câmara, nem político por profissão, embora tenha muito respeito por quem tem por profissão como político, neste momento está a desempenhar funções políticas, e tem alguma dificuldade em lidar com algumas intervenções que tentam denegrir a imagem e o trabalho das pessoas.

Hoje, está uma notícia no EOL, intitulada de “PSD acusa executivo socialista de esconder documentação do Ministério Público”, em que aparece uma foto da Sr.ª Vereadora Isilda Aguincha, no qual refere que “os autarcas do PSD, em comunicado emitido hoje ao final da tarde, acusam o executivo de esconder documentação à Assembleia Municipal do Entroncamento”.

Entende que isto é lamentável, não sabe se existem dois PSD's, admite que algum PSD, possa não ter a informação, mas é tão lamentável, porque algumas pessoas, tentam dar importância a uma pequena árvore no meio de uma densa floresta, ou seja, este município tal como outros, neste País e no decorrer de normais iniciativas de fiscalização, pelas entidades públicas que têm essa responsabilidade, neste caso pela Inspeção-Geral de Finanças, foi alvo de uma inspeção que decorreu no 1.º semestre de 2013, que tinha por reporte os anos de 2009 e 2012, enquadrada no Projeto designado de “Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica”.

Foi este município e foram muitos outros, e serão com certeza no futuro, porque trata-se de intervenções de rotina que são desenvolvidas pelas autoridades com competência, para o efeito.

Essas conclusões constam dum relatório que foi enviado a esta Autarquia que depois de ter sido exercido o contraditório se transformou em definitivo, relatório esse que foi trazido a esta Câmara e que foi enviado para conhecimento à Assembleia Municipal.

O relatório apresenta cerca de cinco páginas de conclusões em que destacamos:

- O Município do Entroncamento nos anos de 2009 a 2012 desenvolveu uma prática sistemática de empolamento das receitas orçamentais de que resultaram baixas taxas de execução orçamental, o que possibilitava e potenciava de forma artificial a realização de despesas para as quais não havia disponibilidades financeiras
- Foi violado de forma reiterada o princípio do equilíbrio orçamental de que resultou uma gestão orçamental desequilibrada
- O endividamento municipal atingiu no ano de 2012 um valor excessivo, atendendo ao seu quadro financeiro, de cerca de 14,8 milhões de euros.
- Elevado período de recuperação da dívida total, que em 2012 era de 32 meses.
- Saldos reais negativos que em 2012 atingiram 4,6 milhões de euros
- A situação financeira de curto prazo apresentava igualmente um grande desequilíbrio, nomeadamente com elevados prazos médios de pagamentos que atingiram cerca de 303 dias.
- Aumento da taxa de juro base dos empréstimos do estado.
- No final do ano de 2011 o ME ultrapassou o limite máximo de endividamento a EMLP, sendo tal situação suscetível de gerar responsabilidade financeira.

Estes factos repercutem-se e condicionam a gestão orçamental de anos futuros e resultaram em acréscimos de custos financeiros para a autarquia relativos aos atrasos no pagamento aos fornecedores.

Nesse relatório, um dos parágrafos, refere a possibilidade legal de o anterior Presidente da Câmara, poder ser responsabilizado pessoalmente, pelo facto da Câmara anterior, ter ultrapassado o limite máximo de endividamento.

Quer o anterior Presidente quer esta Câmara, responderam no sentido de apresentar factos que levaram a que o anterior Presidente da Câmara Jaime Ramos, fosse ilibado de qualquer responsabilidade pelo facto de no seu Executivo, se ter ultrapassado o endividamento máximo.

Quando instados pelo tribunal de contas, quer a nossa resposta, quer os elementos que o anterior Presidente de Câmara solicitou e que prontamente lhe foram entregues, foram no sentido de dotar o Ministério Público do Tribunal de Contas de informações para que o anterior Presidente de Câmara não fosse responsabilizado pessoalmente pelo facto de no seu Executivo, se ter ultrapassado o nível máximo endividamento. O despacho final do procurador-geral adjunto no tribunal de contas concluiu “por não requerer o procedimento jurisdicional, nos termos do artigo 57 n.º 3 da LOPTC, por não se verificarem os pressupostos da responsabilidade financeira.”

Tratando-se de um assunto que envolvia em termos pessoais o anterior presidente, este executivo deu conta em primeiro lugar ao visado e depois deu conhecimento a esta Câmara.

Há uma tentativa, de dizer que o Executivo escondeu da Assembleia este documento. É um documento que diz respeito a uma atuação de um indivíduo, em que tudo foi feito, para que essa pessoa não fosse responsabilizada, e além disso é uma situação pessoal, e que entendeu não revelar antes do anterior Presidente dele ter conhecimento.

Mas o que diz no comunicado do EOL não é verdade. Este ponto da Ordem de Trabalhos foi enviado pelo serviço de atas para o Sr. Vereador do PSD como também foi para os outros Vereadores, na quinta-feira ou na sexta-feira de manhã, este assunto foi despachado no dia 12, às 17;28h, muito antes do dia 16, à tarde quando o PSD diz que este Executivo, escondeu informação da Assembleia.

Há uma clara tentativa do PSD de desviar a atenção do essencial das conclusões do relatório da Inspeção Geral de Finanças, o desequilíbrio orçamental e desadequada gestão financeira do anterior executivo, criando um elemento de diversão que não é aceitável num quadro de um debate político sério e construtivo.

- O Vereador Sr. Rui Gonçalves, apresentou a seguinte declaração:

«O parecer validado pelo Secretário Adjunto e do Orçamento referente ao Relatório da Inspeção Geral de Finanças, reflete uma prática adotada por grande parte dos Municípios deste país ao longo dos tempos e que por força de regulamentação legal, foi corrigida.

Também por força de alteração legislativa, posterior à decisão política, e sublinhe-se posterior, o Município do Entroncamento ultrapassou os limites legais de endividamento para o ano 2011.

Como se pode constatar na leitura do Despacho do Sr. Procurador-Geral Adjunto do Tribunal de Contas, tal facto é devido

*“A utilização do empréstimo já contratado dentro da legalidade para financiamento das obras da Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul correspondeu ao **cumprimento de um dever.***

*Na verdade o Presidente da Câmara Municipal limitou-se a cumprir uma obrigação legal (v.g. artigo 96.º do CCP) de proceder aos pagamentos no âmbito da execução da empreitada referida. Perante um conflito de deveres optou por dar prevalência ao que, salvaguardando o interesse público, menos consequências negativas teria para o Município, tanto mais que no ano imediatamente seguinte o Município de Entroncamento observou os limites legais de endividamento EMLP”.*

Estranha-se portanto que na reunião de 20 de Maio de 2014 e no comunicado publicado no sítio da Câmara no mesmo dia, tenha sido dado tanto relevo ao relatório do IGF e se tenha omitido o Despacho atrás referido que, só por mero acaso, já tinha dado entrada nesta Câmara no dia 16 de Maio de 2014 e era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara desde, pelo menos, dia 19 de Maio de 2014, conforme se pode constatar do relatório de SGD.

Se é certo que todos acreditamos na boa-fé e na legalidade dos procedimentos tomados nos mandatos anteriores, também é espectável que se respeitem as mais elementares regras democráticas.

Pese embora saibamos os custos que uma auditoria externa acarreta ao Município e considerando que para além da qualidade dos nossos funcionários, a validação das nossas contas pelo Tribunal de Contas, a validação do auditor externo e pela fiscalização dos autarcas das diversas forças partidárias, os eleitos do PSD não se opuseram à proposta de recomendação analisada e votada na última Reunião da Assembleia Municipal, para a realização da mesma aos mandatos em que o PSD foi a força maioritária na Câmara Municipal.

Nos últimos 12 anos o Entroncamento desenvolveu-se, aproveitaram-se ao máximo os recursos provenientes de Fundos Comunitários e podemos até lamentarmo-nos de não existir para o Município do Entroncamento as opções de endividamento que outros Municípios ao nosso redor tiveram acesso, em condições de financiamento de milhões de euros muito “especiais”.

Podemos não concordar todos com as opções políticas tomadas, não temos de ter todas as mesmas opiniões e diretrizes, mas isso não pode significar que a leitura seletiva dos factos induza em erro os nossos concidadãos.»

- O Sr. Vereador Carlos Matias, fez as seguintes perguntas e intervenção:

Perguntas:

«O senhor presidente acaba de historiar aspetos marcantes deste processo, sobre o qual (se não se importam) gostaria de me pronunciar mais adiante.

Mas, antes, gostaria de ver esclarecidas duas questões --- às quais o senhor presidente ainda não deu resposta.

Admito que esta carta ---- pese embora a sua evidente relevância política --- recebida na Câmara no dia 16 de Maio (uma sexta-feira) não tenha sido presente à reunião imediata do executivo, na terça-feira seguinte, ou seja, no dia 20 desse mês. Mas porque não foi, pelo menos apresentada na reunião seguinte, a 3 de Junho? E, por que razão, só agora nos é dado conhecê-la?

Pergunto ainda por que razão, sendo este um documento importante sobre um processo controverso, ele não acompanhou o relatório do tribunal de Contas, introduzido à última hora na OT da Assembleia Municipal ---- fornecendo ao órgão fiscalizador informação, relevante sobre esta mesma matéria.»

Intervenção:

«Permitam-me, então, algumas considerações adicionais sobre este ofício que incide numa pequena parte das apreciações emitidas pela IGF: a saber, as que se prendem com a ultrapassagem pontual do limite do endividamento, considerado, *nas condições concretas em que ocorreu*, resultado de um correto ato de gestão.

É que o relatório da IGF não incide unicamente nesse aspeto: critica muitas outras práticas da gestão do PSD. Algumas delas reiteradamente denunciadas pelo Bloco de Esquerda, como, por exemplo, o do empolamento artificial das receitas. Ou o da inscrição em “diversos” de uma verba de 3 milhões de euros, sem qualquer explicação, fugindo ao princípio da transparência. São críticas que fazemos há muito tempo, portanto estamos perfeitamente à vontade para o abordar.

Portanto, o facto de estar explicada uma determinada opção de gestão --- que, conclui-se agora, até seria a melhor --- não apaga a contundência da crítica global da IGF à gestão financeira do PSD.

A tentativa, por parte do PSD, de fazer passar a parte (aceitável) pelo todo (reprovado) é uma manobra habilidosa, mas que esconde insistentemente, aliás, o essencial da crítica da IGF.

Outra questão é a da maneira como a maioria PS tratou politicamente esta matéria. Parece-me, de facto, que se chegou ao ponto de não fornecer à Câmara e à Assembleia Municipal informação importante sobre a matéria em causa, só porque não totalmente conforme com o seu discurso fortemente crítico da gestão anterior.

A ordem de trabalhos da AM foi alterada à última hora e, portanto, à última hora este ofício deveria ter-lhe sido enviado – tenha ele maior ou menor alcance.

Continua a ser esta a minha interpretação, mesmo depois de acompanhar a leitura das datas do relatório.

Não vejo e continuam a não ser apresentadas outras razões para esta omissão.

Como é evidente, logo que chegou à Câmara, este documento deveria ter acompanhado todo o processo que se seguiu e não ser escondido durante quase um mês.

Efetivamente, deste ofício não se retiram as conclusões globalmente abonatórias, como o PSD abusivamente vem tentando fazer de há dias para cá.

Mas isso é assunto para ser contraditado democraticamente, com debate e denúncia. Não é matéria a evitar, metendo o ofício na gaveta, enquanto --- aqui, na Assembleia Municipal e até na comunicação social --- a maioria PS fazia críticas contundentes, explorando ao limite o relatório da IGF.

Apelo a que maioria desista de prosseguir por este caminho, porque não é um bom caminho a meu ver.»

O Exmo. Presidente, acerca das questões colocadas pelo Sr. Vereador Carlos Matias, referiu que a introdução do Relatório da IGF, na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal é da responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal.

Em relação a este assunto concretamente, como se tratava de uma situação pessoal, entendeu que primeiramente fosse dado conhecimento ao anterior Presidente.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**7671/14 - GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - RESPOSTA DO GOVERNO À PERGUNTA N.º 1242/XII/3.ª SOBRE A INSTALAÇÃO DE JULGADOS DE PAZ**

- E-mail, de 3 de junho corrente, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a remeter o ofício n.º 2599, de 16 de maio findo, com a resposta do Governo à Pergunta n.º 1242/XII/3.ª, efetuada por este Grupo Parlamentar sobre a instalação de Julgados de Paz.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**5939/14 - PASSAGEM SUPERIOR NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DO ENTRONCAMENTO**

- Ofício n.º 347, de 6 de junho de 2014, do Conselho de Administração da Refer, na sequência do nosso ofício n.º 1050, de 16 de maio findo, relativa a uma recomendação sobre a Passagem Superior na estação do Entroncamento, a informar o seguinte:

«A construção da passagem superior de peões teve por objetivo criar condições de segurança no atravessamento de peões na estação do Entroncamento, face aos acidentes mortais registados, a par de outras ações complementares, oportunamente acordadas com a Autarquia local;

Para garantir a total segurança dos peões, não poderiam coexistir duas possibilidades de atravessamento, em particular quando uma não garante todas as

condições de segurança, razão pela qual o atravessamento de nível teve que ser desativado;

Para o efeito, e dada a atual conjuntura económica do País, foi reutilizada uma estrutura metálica desmontada de uma PSP ao Km 24,010, da Linha de Sintra, devidamente adaptada ao layout da estação do Entroncamento;

Tendo em vista acautelar o serviço a pessoas de mobilidade condicionada, aquela passagem desnivelada foi devidamente dotada de meios de elevação mecânicos (elevadores), que se têm mantido em perfeito funcionamento, com exceção de avarias pontuais correntes neste tipo de equipamentos, prontamente resolvidas pelo prestador de serviços da especialidade, contratado pela REFER para o efeito;

No que concerne à sinalética direcional, está em curso a montagem de placas indicativas complementares às existentes que assegurem o correto encaminhamento dos utentes da estação do Entroncamento;

Quanto à alegada falta de proteção contra intempéries, importa referir que para além da estrutura não comportar as novas solicitações resultantes da eventual instalação de uma cobertura, quer pelas sobrecargas introduzidas quer por força de novas ações do vento, consideramos tal revelar-se dispensável, já que os circuitos de e para esta infraestrutura são igualmente descobertos;

Qualquer estação ferroviária que não disponha de acessos facilitados sobre a infraestrutura ferroviária a veículos rodoviários, estes meios de socorro ficam em local na estação mas fora do canal ferroviário, sendo que as equipas de socorro se deslocam a pé ao local do acidente. A sua ativação é sempre alertada pelo órgão gestor da circulação, que é quem assegura as condições de segurança para que as equipas de socorro acedam à zona do acidente;

Face às dificuldades de acesso ao canal ferroviário por equipas exteriores ao sistema ferroviário, a REFER articula regularmente com a Proteção Civil e equipas de socorro externas (bombeiros e INEM) simulacros, onde são criadas as condições para que estas equipas tomem conhecimento e pratiquem os seus procedimentos de salvamento nas condições particulares inerentes ao caminho de ferro;

No que respeita aos acessos de emergência à estação do Entroncamento, está prevista a criação de dois acessos:

Portão de acesso pedonal localizado do lado das bilheteiras;

Viabilização da portaria 1 (lado norte) como acesso para meios de socorro rodoviários.

Esclarecemos por último que a solução implementada procurou racionalizar o investimento efetuado, face à atual conjuntura económica e aos riscos associados ao atravessamento de nível existente, sendo que, aquando da remodelação da estação do Entroncamento, serão acauteladas as preocupações manifestadas por essa edilidade.»

- A Câmara tomou conhecimento.

O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:

«Gostaria de fazer alguns comentários a esta carta. Começo por considerar o seu conteúdo absolutamente insatisfatório.

Insatisfatório porque, de uma forma geral, ilude os problemas colocados, embrulhando-os numa retórica aveludada, cheia de sofismas e meias-verdades.

Insatisfatório também porque não responde positiva e concretamente à exigência de resolver o problema que a própria Refer criou, ao instalar uma passagem superior que a empresa já deveria saber ser desadequada, construindo um atravessamento subterrâneo --- a solução que se impõe.

A Refer diz que a passagem superior visava criar condições de segurança no atravessamento de peões. Isso já todos sabíamos. Mas ignora o generalizado desconforto e sentimento de insegurança criado pela falsa solução que adotou.

Diz também a Refer que, para garantir a total segurança dos peões, “ não podem coexistir duas possibilidades de atravessamento”. Claro que não. Mas, não admite que errou ao impedir totalmente o atravessamento de nível, mesmo *em casos de emergência* que sempre podem ocorrer.

Aliás, no que se refere a operações de emergência, a Refer dá mais uma “explicação” que não explica nada. Diz-nos que quando não há acessos rodoviários ao canal ferroviário, os meios de socorro ficam de fora. “La Palice” não diria melhor. Esperava-se é que nos dissessem o que pensam fazer para que os meios de socorro se possam acercar mais do canal ferroviário.

A Refer reconhece a ocorrência de avarias pontuais nos elevadores, “prontamente resolvidas”. Desconhecemos os critérios de prontidão da empresa. Sabemos, em contrapartida, que (a propósito de elevadores) a Refer ignora flagrantemente as queixas sobre a exiguidade do seu espaço e o facto de serem fechados, fatores que agravam o sentimento de insegurança.

A Refer explica que a passagem superior não tem cobertura contra as intempéries porque a estrutura não a suportaria. E, além disso, lembra-nos que os acessos á passagem também são a descoberto.

Mais uma vez, a Refer elide a sua própria responsabilidade e omite um facto relevante. Por um lado, a Refer é que definiu a estrutura --- frágil, segundo reconhece --- da passagem superior. Por outro lado, a passagem é muito estreita e, sendo colocada a um nível elevado, dificulta a circulação de pessoas com guarda-chuvas abertos, em tempo invernos. Tal não ocorre nos acessos, como a Refer bem sabe, mas prefere “esquecer”.

Finalmente, a Refer diz que serão acauteladas as preocupações manifestadas pela Câmara “aquando da remodelação da estação do Entroncamento”. Só não diz é quando e com que solução.

Estamos, portanto, perante uma carta cheia de nada, a finalizar com uma promessa de mão vazia.

Creio ser tempo de esta Câmara tomar uma posição exigente. Esta carta só agrava as suspeitas que, de facto, para além de conversa fiada, a Refer se prepara para ir arrastando o problema sem o resolver, à espera que nos cansemos e que as críticas se vão esbatendo, com o tempo.

Reafirmamos a nossa disponibilidade antes manifestada informalmente para concertarmos entre todos nós uma posição firme perante a Refer. Uma posição a ser aqui tomada por unanimidade, para ter mais força.

Ninguém conte connosco para alimentar eternamente mais novela, com muito palavreado e muitas ilusões, e sem nunca chegarmos à solução que a vida está a provar por a + b ser a que se impõe: a construção de uma passagem subterrânea.»

O Sr. Vereador David Ribeiro, referiu que a REFER não acautelou a segurança das pessoas e o funcionamento dos elevadores é muito duvidoso. Não acredita que não houvesse uma estrutura, mesmo que fosse em acrílico que se pudesse colocar nesta Passagem Superior.

Sugeri que fosse solicitada uma reunião com o Presidente e Técnicos da REFER, para que, conjuntamente com todo o Executivo e Técnicos Municipais, possa ser analisada esta situação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA**

#### **7367/14 – ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE N.ª SRA. DE FÁTIMA, DO ENTRONCAMENTO – ENVIO DE SAUDAÇÃO**

- Ofício n.º AF0122/2014, de 27 de maio, da Assembleia de Freguesia do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão de 29 de abril findo, sob proposta da bancada do Partido Socialista, aprovou, por unanimidade, uma Saudação dirigida a esta Câmara Municipal, pelas recentes políticas de responsabilização social que tem vindo a implementar.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO**

#### **7380/14 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – ORGANIZAÇÃO DE BAILE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RUIÍDO E RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRIA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- Ofício n.º 29/Fin/2014, de 29 de maio, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento das taxas especial de ruído e de recinto de diversão provisória, para a realização do baile, no dia 7 de junho de 2014.

- Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Autorizo ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 setembro, a ratificar na próxima reunião de Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **ESCOLAS BÁSICAS**

#### **7754/14 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA ANTÓNIO GEDEÃO – FESTA DE FINAL DE ANO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUIÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- E-mail de 5 de junho corrente, da Associação de Pais da Escola António Gedeão, a solicitar a isenção da taxa especial de ruído, para a festa de final de ano, para as crianças e pais desta Escola, a realizar no dia 13 de junho de 2014, das 16,30H às 21,00H.

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Autorizo ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a ratificar na próxima reunião de Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### **7889/14 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 DAS TÍLIAS – FESTA DE FINAL DE ANO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RUIÍDO E RECINTO IMPROVISADO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- E-mail de 6 de junho corrente, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 das Tílias, a solicitar a isenção das taxas especial de ruído e recinto improvisado, para a festa de final de ano, a realizar no dia 13 de junho, das 19,00H às 24,00H.

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Autorizo ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a ratificar na próxima reunião de Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**7941/14 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1 N.º 2 – FESTA DE FINAL DE ANO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RUÍDO E DE RECINTO IMPROVISADO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- E-mail de 9 de junho corrente, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1, n.º 2, a solicitar a isenção das taxas especial de ruído e de recinto improvisado, para a festa de final de ano, a realizar no dia 13 de junho, das 18,30H às 24,00H.

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Autorizo ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a ratificar na próxima reunião de Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**8053/14 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA EB1 DA ZONA VERDE – FESTA DE FINAL DE ANO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

- E-mail de 9 de junho corrente, da Associação de Pais e Amigos da EB1 da Zona Verde, a solicitar a isenção da taxa especial de ruído, para a festa de final de ano, a realizar no dia 13 de junho, das 16,00H às 22,00H.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Sra. Vice-Presidente, Ilda Joaquim, no impedimento legal do Exmo. Presidente, que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a isenção da taxa.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**EXPEDIENTE DIVERSO**

**7728/14 – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS “O VIVO CAMINHO”- CULTO EVANGELÍSTICO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUÍDO**

- E-mail de 4 de junho corrente, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus “O Vivo Caminho”, a solicitar a isenção da taxa especial de ruído, para a realização de Culto Evangelístico, no dia 19 de junho, das 19,30H às 20,30H, na Praça da República.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a taxa especial de ruído.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO**

**8111/14 - ALTERAÇÃO N.º 7 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2014**

- Do Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves, foram presentes os documentos referentes à Alteração n.º 7 do Orçamento e para o Ano Económico de 2014, que totaliza 103.100,00 € (cento e três mil e cem euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.

- A Câmara aprovou, por unanimidade, a Alteração n.º 7 ao Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2014.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**TESOURARIA**

**7514/14 – ENCERRAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS**

- Do Coordenador Técnico Jorge Santos, dos Serviços de Tesouraria, foi presente a seguinte informação, referente ao encerramento de contas bancárias:

«Estes serviços de Tesouraria vêm informar que se encontram contas bancárias sem saldo e sem movimento há muito tempo, assim se deveria proceder ao encerramento das mesmas perante as instituições bancárias.»

Caso designe o fecho das contas, deverão estes serviços levar em reunião de Câmara a informação do encerramento das mesmas.

As contas que se tratam são:

Caixa Geral Depósitos

0035 0282 00000144730 49

Caixa Geral Depósitos

0035 0282 00000145530 74

Banco Comercial Português

0033 0000 01090170437 61

Banco Comercial Português

0033 0000 54269815514 05

Banco Comercial Português

0033 0000 54276011874 05

Banco BPI

0010 0000 22177880102 49.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao encerramento das referidas contas bancárias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

#### **868/14 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL**

- A Câmara, atenta a deliberação de 21 de janeiro de 2014, tomou conhecimento da lista da prestação de serviços objeto de parecer genérico favorável, relativa ao mês de maio de 2014.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **FIBRA ÓTICA**

#### **5988/14 - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓTICA MUNICIPAL – RELATÓRIO PRELIMINAR E RELATÓRIO FINAL**

- Do Especialista de Informática Dr. Emanuel Fernandes, dos Sistemas de Informação, foram presentes o Relatório Preliminar e o Relatório Final, e que se transcreve, referentes à abertura de concurso público para a concessão da exploração da rede de fibra ótica municipal.

#### RELATÓRIO FINAL:

**Objeto da contratação:** Concurso Público para a concessão da exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal

**Valor Base** – 0,00€

**Refª do Procedimento:** APROV/CP/Concessão/002/2014

**Anúncio de Procedimento:** D.R. N.º 91, 2ª Série Parte L, de 13/05/2014, Anúncio N.º. 2566/2014

**Publicitação:** Plataforma da Vortal

**Código do Procedimento Vortal:** PT1.PPI.8411917

**Reunião de análise das propostas:** 26/05/2014

**Membros designados para integrar o Júri:**

**Presidente:** Dr. Emanuel Fernandes, Técnico Superior

**1.º Vogal:** Dra. Filipa Silvestre, Técnica Superior

**2.º Vogal:** Dra. Susana Silva, Técnica Superior

**Suplentes:** Dra. Fátima Rosa, Técnica Superior, e Dr. Hugo Gonçalves, Chefe de Divisão.

«Aos nove dias do mês de junho de 2014, o júri designado para conduzir o procedimento que tem por objeto o Concurso Público para a Concessão da Exploração da Rede de Fibra Ótica Municipal, reuniu com o objetivo de ponderar as possíveis observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, por forma a confirmar o proposto no relatório preliminar.

Em cumprimento do disposto no artigo 146.º do CCP, o júri enviou aos concorrentes o Relatório Preliminar, onde propunha:

1. Excluir a proposta B, da empresa Telconduta SA, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º, pois a proposta B entrou após o prazo limite, e ainda ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º, por falta de documentação exigida;
2. Considerar que a proposta economicamente mais vantajosa é a da firma First Rule SA.

Foi fixado o prazo de 5 dias úteis para os concorrentes se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

O concorrente First Rule SA, em mensagem submetida no dia 02/06/2014 através da plataforma Vortal, indicou aceitar o Relatório Preliminar e prescindir de qualquer prazo de reclamação. Decorrido o prazo na sua totalidade, o concorrente Telconduta SA não apresentou qualquer mensagem.

Face ao exposto, o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões enunciadas no Relatório Preliminar, pelo que:

Exclui a proposta B, da empresa Telconduta SA, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º, pois a proposta B entrou após o prazo limite, e ainda ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º, por falta de documentação exigida;

A lista ordenada por ordem decrescente de pontuação é a seguinte:

Classificação	Nome / Designação	Pontuação Final
1	Proposta A - First Rule SA	18,5

A proposta economicamente mais vantajosa é a da empresa First Rule, SA.

Propõe o júri que o presente procedimento seja adjudicado à empresa First Rule, SA.»

- A Câmara, tomou conhecimento do Relatório Preliminar e deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório Final, adjudicando este procedimento à empresa First Rule, SA.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

#### **TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO**

#### **7499/14 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO - RUA DR. FRANCISCO MENDES DE BRITO**

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a aplicação de sinalização na rua Dr. Francisco Mendes de Brito:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.<sup>a</sup>, serve a presente informação para propor a aplicação de sinalização horizontal na rua Dr. Francisco Mendes de Brito devido à dificuldade de manobras na entrada e saída de garagem na zona indicada em planta.

Para isso é necessário proceder à implementação de sinalização horizontal no local na planta anexada que indica layouts finais da sinalização para o local.

Modelo	M14
Quantidade	Linha Amarela em ziguezague

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

#### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Técnica na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.